

## História das Ideias Políticas no Brasil – 2015

### *“Sistema de Justiça e Poder Judiciário no Brasil, 1945-1988”*

*Prof. Rafael Mafei Rabelo Queiroz*

#### **1. Objetivos do curso**

Como curso de História das Ideias Políticas ministrado em uma Faculdade de Direito, o objetivo principal da disciplina é mostrar a interação entre sistema jurídico e sistema político ao longo da História do Brasil. Essa interação será estudada em duplo sentido: seja mostrando como o sistema jurídico possibilitou, ao longo da história, mudanças politicamente desejadas; seja ainda mostrando como criou obstáculos a outras mudanças políticas tentadas.

A bibliografia do curso privilegia fontes primárias (i.e., produzidas no contexto do período histórico estudado) e fontes de uma história social do direito, que não se limitam a fontes formais do direito, embora as contemplem com importância.

#### **2. Regras básicas do curso**

1. Por tratar-se de matéria optativa, presume-se o gosto do participante do curso pela temática nele retratada. Isso traz expectativa de um compromisso qualificado entre o aluno e o curso. Espera-se que os participantes contribuam ativamente com o bom andamento dos trabalhos ao longo do semestre, através de um espírito engajado e participativo.
2. Como o curso visa a constituir um espaço de debate colaborativo em torno dos temas escolhidos, a presença em sala de aula será cobrada, assim como a participação de qualidade dos presentes. É vedado assinar a lista para outros alunos;
3. Não haverá abono de faltas, exceto nos casos legalmente previstos;
4. A leitura obrigatória será cobrada, em sala de aula e nas avaliações. De todos os alunos – e não apenas dos que apresentarão seminário – espera-se desempenho condizente com a atenta leitura prévia dos textos;
5. Não haverá arredondamento algum na nota das provas ou na média final;
6. A realização de prova substitutiva somente será deferida mediante requerimento formal, com prova documentada da razão da ausência na data regular de prova. Tal requerimento deverá ser apresentado por escrito, na secretaria do DFD, no prazo de 03 (três) dias seguintes à data da prova regular. Não serão aceitos atestados médicos particulares como justificativa de ausência, exceto se emitido por pronto socorro.

#### **3. Foco temático e programa de temas e leituras obrigatórias**

O programa de leituras do curso será construído de maneira colaborativa, em torno do foco temático escolhido para o semestre.

**O foco temático para a edição 2015 do curso será: Sistema de Justiça e Poder Judiciário no Brasil, 1945-1988.**

Dentro deste enfoque, o professor escolherá 06 (seis) textos para leitura obrigatória.

Os alunos da disciplina, divididos em 06 (seis) grupos de 05 (cinco) membros cada, escolherão livremente outros seis textos, respeitados o recorte temático e temporal pertinente. Os textos sugeridos serão validados pelo professor, para evitar sobreposição de temas e garantir sua pertinência temática, e integrarão o programa de leituras obrigatórias do curso. Os textos indicados devem ser justificados pelo grupo que o escolheu, que o apresentará como resultado de uma pesquisa de fontes históricas bibliográficas e documentais.

A pesquisa para localização e escolha do texto deverá ser descrita em um breve relatório, que corresponderá a 15% da nota final do curso.

Semana	Data	Tema
1	06/08	Apresentação do curso, divisão dos grupos de seminário e explicação sobre as técnicas para localização de fontes de pesquisa.
2	13/08	Professor ausente em viagem de pesquisa. Prazo para apresentação, pelo Dropbox do Moodle, da pesquisa de fontes e sugestão de textos (por grupo): <b>16 de agosto (domingo), até 23h55.</b>
	20/08	TSE. <i>Processo n. 411/412-DF</i> . Cassação de registro do Partido Comunista Brasileiro. Trechos: Relatório (fls. 1 a 29 do PDF) e voto vencedor do Des. Cândido Lobo (fls. 183 a 211 do PDF). <b>Leitura complementar:</b> <i>Direto da História – Boletim da História do MPF</i> , a. III, n. 8, jul. 2010.
3	27/08	<ul style="list-style-type: none"> <li>LEAL, Victor Nunes. Funções normativas de órgãos judiciários. In: <i>Problemas de Direito Público e Outros Problemas</i>, v. 1, p. 179 e ss. Brasília-DF: Ministério da Justiça, 1997. [Originalmente publicado em: <i>Revista de Direito Administrativo</i>, v. 6, 1946]</li> <li>OLIVEIRA FILHO, Cândido. Reforma do Supremo Tribunal Federal. <i>Arquivo Judiciário</i>, v. LXXIX, 1946, p. 33-36.</li> </ul> <b>Leitura complementar:</b> LEAL, Victor Nunes. <i>Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil</i> . 7ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2012? [Cap. 1 – mas o livro merece ser lido inteiro; a publicação original é de 1948].
4	03/09	<ul style="list-style-type: none"> <li>PILLA, Raul. Catecismo parlamentarista. Porto Alegre: Partido Libertador?, 1949.</li> <li>FAGUNDES, Seabra. O parlamentarismo no ato institucional. <i>Revista Forense</i>, v. 59, n. 200, p. 7 e ss.</li> </ul>
5	10/09	<b>Semana da Pátria. Não há aula.</b>
6	17/09	<ul style="list-style-type: none"> <li>COMANDO SUPREMO DA REVOLUÇÃO. Ato Institucional de 09 de abril de 1964. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm</a>.</li> <li>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE S. PAULO. Inauguração do ano judiciário. <i>Revista dos Tribunais</i>, v?, n.?, mar. 1965.</li> <li>STF, HC 40.910, de 24/08/1964.</li> </ul>
7	24/09	SILVA, Evandro Lins. <i>Salão dos Passos Perdidos</i> : Depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro: FGV / Nova Fronteira, 1997. Cap. 8 (Homem de Governo) e Cap. 9 (Ministro do Supremo). <b>Leitura complementar:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>CARVALHO, Luiz M. Data Venia, o Supremo. <i>Revista Piauí</i>, v. 47, ago. 2010.</li> <li>CARVALHO, Luiz M. O Supremo, Quosque Tandem. <i>Revista Piauí</i>, v. 48, set. 2010.</li> </ul>
8	01/10	BALEEIRO, Aliomar. <i>Minhas recordações do presidente Castello Branco</i> . Rio de Janeiro / Brasília, 1974?. Recordações do Presidente H. Castello Branco. 41 fls. <b>Leitura complementar:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>GOMES, Orlando. Evolução contemporânea do Direito de Propriedade. <i>Revista Forense</i>, v. 50, n. 149, p. 9–16, set./out., 1953.</li> </ul>

9	08/10	VILANOVA, Lourival. Teoria Jurídica da Revolução. <i>Revista brasileira de estudos políticos</i> , Belo Horizonte, n. 52, p. 59–103, jan., 1981.
10	15/10	<ul style="list-style-type: none"> <li>SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Inquérito Policial 2 – GB. Indiciados: João Goulart e outros. j. 27/03/1968.</li> <li>BRASIL. Ato Institucional n. 2, de 27 de outubro de 1965. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm</a>.</li> </ul>
11	22/10	<ul style="list-style-type: none"> <li>SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Reclamação 849, j. 10/03/1971.</li> <li>MIRANDA, Pontes de. <i>Comentários à Constituição de 1946</i>. Rio de Janeiro: Borsoi, 1963. [Trechos referentes ao controle de constitucionalidade].</li> </ul> <p><b>Leitura complementar:</b> MARQUES, José Frederico. <i>Observações e apontamentos sobre a competência originária do Supremo Tribunal Federal</i>. Tese (livre-docência) – Faculdade de Direito da USP. São Paulo, 1961.</p>
12	29/10	<ul style="list-style-type: none"> <li>FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. <i>A democracia possível</i>. São Paulo: Saraiva, 1972. [Trechos]</li> <li>STF. Recurso Ordinário Criminal 1152. j. 19/06/1973.</li> </ul>
13	05/11	<p>PERTENCE, J. P. Sepúlveda. Entrevista ao projeto História Oral do STF. 9 vídeos. Disponível em: <a href="http://historiaoraldosupremo.fgv.br/entrevistados/sepulveda-pertence">http://historiaoraldosupremo.fgv.br/entrevistados/sepulveda-pertence</a></p> <p><b>Leitura complementar:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>CONGRESSO NACIONAL. Assembleia Nacional Constituinte. <i>Atas da 2a Reunião Extraordinária, realizada no dia 14/4/87; 6a Reunião Ordinária de 27/04/1987; e 9a Reunião Extraordinária de 23/05/1987</i>. Brasília-DF, 1987.</li> </ul>
14	12/11	<p>COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. <i>Relatório Final</i>. Parte IV, Cap. 17: O Judiciário na ditadura. Disponível em: <a href="http://www.cnv.gov.br/images/documentos/Capitulo17/Capitulo%2017.pdf">http://www.cnv.gov.br/images/documentos/Capitulo17/Capitulo%2017.pdf</a></p> <p><b>Leitura complementar:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>PEREIRA, Anthony. <i>Ditadura e Repressão: o autoritarismo e o Estado de Direito no Brasil, Chile e Argentina</i>. São Paulo: Paz e Terra, 2010.</li> </ul>
15	19/11	Avaliação Final

#### 4. Formas de avaliação

- Um relatório sobre a pesquisa que levou o grupo a eleger o texto/documento que indicou ao programa (15%);
- Duas apresentações de seminário, uma de um dos textos escolhidos pelo professor, outra de texto escolhido por alunos (15% cada, 30% no total);
- Participação no curso (15%);
- Uma prova final, escrita, sem consulta, cujo conteúdo versará sobre os textos de leitura obrigatória. A prova exigirá que os alunos tenham bom domínio do conteúdo dos textos, embora não vá cobrar detalhes ou informações pontuais (40%).



## ANEXO – ROTEIRO PARA PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE SEMINÁRIO

- O seminário é uma atividade que busca, a um só tempo, avaliar a capacidade interpretativa do grupo apresentante e pautar o debate para o momento de discussão plenária.
- O seminário deverá durar **15 minutos**, no máximo. Embora todos os membros do grupo devam envolver-se na leitura, pesquisa e preparação do seminário, não é necessário que todos falem durante a apresentação. A nota do seminário será uma para todo o grupo.
- O seminário não serve para contar o texto para aqueles que eventualmente não o leram, nem é uma aula dada por alunos. Seu objetivo é apresentar historicamente o texto de leitura obrigatória, e não avaliar criticamente o material lido. No momento de apresentação do seminário, o grupo apresentante deverá se abster de críticas ou opiniões sobre autor ou o texto, embora esses comentários sejam bem-vindos, e esperados, no momento de debate plenário do texto, que seguirá a apresentação do seminário.
- Uma apresentação em power-point, brevíssima e muito enxuta, para que os demais acompanhem a estrutura da apresentação, será muito apreciada.